



---

## Produção nacional cresce após Lei da TV Paga

DCI/SP - ter, 09 de julho de 2013 **Página/Seção:** Serviços **Assunto:** Ancine

---

SÃO PAULO

Dez meses após passar a vigorar, a chamada Lei da TV Paga (12.485 de 2011) já começa a fazer efeitos para alavancar a produção de obras de conteúdo nacional. Levantamento feito pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), da Agência Nacional de Cinema (Ancine), publicado no final de junho, mostrou que o número de canais brasileiros de espaço qualificado cresceu 46% a partir de setembro de 2012, quando a lei passou a vigorar, passando de 13 para 19. O levantamento mostra que o crescimento maior partiu de programadoras brasileiras independentes, saindo de 7 para 12. A expectativa é que com a lei em vigor, o mercado audiovisual brasileiro continue em rota de crescimento.

A lei obrigou os canais de espaço qualificado - aqueles que transmitem filmes, séries, documentários ou programas musicais e de variedade no horário nobre (das 18h às 24h) - a reproduzir 3h30 de conteúdo audiovisual nacional por dia, sendo 50% oriundos de produção independente. Essa determinação foi o catalisador para que houvesse crescimento de conteúdo nacional na TV por assinatura.

"A lei foi um grande incentivador de canais brasileiros de espaço qualificado. Alguns canais surgiram por conta da lei", afirmou ao DCI o diretor presidente da BoxBrazil, Cícero Aragon. A BoxBrazil, maior programadora independente do País, teve três canais de espaço qualificado colocados no ar em 2012: Music Box Brazil, Fashion TV Brazil e Travel Box Brasil. Aragon disse que após a vigência lei, houve uma facilidade maior para a atração de investimentos na empresa, que segundo ele foi da ordem de R\$ 15 milhões.

A lei também incrementou o mercado das produtoras de conteúdos para TV por assinatura. O diretor executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPITV), Mauro Garcia, afirmou ao DCI que houve um crescimento expressivo no número de associados desde que a lei passou a valer. Segundo ele, em janeiro de 2012 havia 175 produtoras associadas à ABPITV. Esse número hoje chega a 340. "Elas [produtoras] procuram ter acesso a tudo que nós promovemos, como os encontros com os executivos dos canais, além dos nossos programas internacionais", afirmou Garcia. "A associação é a grande aproximadora entre canais, distribuidoras e produtores".

As produtoras existentes também se beneficiaram do formato da lei, promovendo a sua consolidação. A Conspiração Filmes, do Rio de Janeiro, é um exemplo. Uma das maiores produtoras do País, que produz conteúdos para o Discovery Channel e produziu, para a HBO, a primeira temporada de "Mandrake", é tida como beneficiária. "A própria lei fez com que a demanda para a produção de conteúdo dessas produtoras, que já eram significativos e referências do mercado, aumentasse", afirmou Aragon.

Investimentos

A lei também deve estimular a promoção de investimentos oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), da Ancine. De acordo com Garcia, que também faz parte do comitê gestor do fundo, a estimativa para este ano é que o FSA financie R\$ 870 milhões em projetos de audiovisual e que esse valor chegue a R\$ 3 bilhões ao fim de 2015.

Garcia explica, porém, que esse número é crescente, baseado nos critérios utilizados para a arrecadação de recursos. Um deles, de acordo com ele, se dá pelo número de aparelhos celulares e das operações de telefonia no País. Outra fonte é a taxa que produtoras e canais pagam à Ancine ao firmarem um contrato entre si, conhecida como Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). "Como esse número está crescente, essa taxa também cresce. Essa composição faz com que se tenha essa projeção de R\$ 3 bilhões em três anos", afirmou. "Isso é o interessante do fundo setorial, quanto mais o mercado aquece, mais o fundo é abastecido."

Outra forma de atração de investimentos que deve crescer na esteira da lei vem do setor privado, com fundos de investimentos de risco. Esses investidores estão passando a olhar com mais atenção, baseado no crescimento da base de assinantes da TV por assinatura nos últimos anos. "Analisando do ponto de vista do investimento, a gente vê que o mercado de conteúdo nacional começa a atrair uma certa curiosidade por parte dos investidores", afirmou ao DCI o consultor para mídia, entretenimento e conteúdo da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap), Christian de Castro. "Eles estão querendo entender mais como esse mercado funciona."

Castro cita que o interesse vem por alguns fatores, sendo um deles a lei em si, pelo fato de estabelecer cota de conteúdo nacional. "Isso faz com que passe a haver uma demanda por conteúdo nacional que antes não existia", disse. Além disso, o consultor da Abvcap cita o crescimento da base de assinantes no Brasil.

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o mercado brasileiro de TV por assinatura cresceu na faixa de 30% por ano desde 2010. Em 2012, esse crescimento foi de 27,03%. A grande responsável pela evolução da base foi a classe média emergente, que passou a consumir conteúdo audiovisual na TV fechada. Analistas afirmam que o tamanho da base, que exige conteúdo nacional, torna o mercado promissor para a produção nacional.

Do ponto de vista do investimento privado, Castro não consegue quantificar o potencial desse crescimento, mas afirma que o interesse começa a se cristalizar de forma consistente. Segundo ele, os investidores estão querendo saber quem são essas produtoras que podem produzir esse tipo de conteúdo audiovisual para TV, como obras seriadas. "Hoje você começa a enxergar o movimento do investimento privado produtivo, buscando conhecer mais a respeito dessas empresas, e buscando entender como esse mercado pode funcionar", afirmou.

Além disso, Castro diz que com a saturação dos mercados maduros, como EUA e Europa, os investidores passam a olhar para o mercado de TV paga brasileiro que cresce a dois dígitos.